

Abstract

O enquadramento institucional da produção e comercialização de produtos agrícolas na Época Moderna: a regulação camarária.

Margarida Sobral Neto

UC, CHSC, FLUC

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6541-5237>

Palavras-chave: Instituições, câmaras, legislação municipal, agricultura, pecuária, comércio

A historiografia municipalista portuguesa, produzida nas últimas décadas tem demonstrado que uma das principais funções das câmaras era a regulação do abastecimento, promovendo políticas conducentes aos interesses dos consumidores, pautadas pelos seguintes princípios: quantidade, qualidade e preço justo.

No exercício desta função os oficiais camarários, e outros agentes para o efeito contratados, controlavam o processo de produção agrícola e pecuária bem como o de transformação e comercialização, desenvolvido, de forma particular nas periferias e nos termos concelhios dos núcleos urbanos .

Com base nos estudos já existentes, bem como na análise das fontes que registam a ação camarária no campo atrás referido – legislação régia e municipal (posturas), registos de condenações e coimas, vereações municipais – propomos contribuir para a discussão sobre os constrangimentos da vida agrária na Época Moderna (“obstáculos” na linguagem dos memorialistas da Academia das Ciências de Lisboa) que se poderão enquadrar no conceito de “economia moral” de Thompson.